

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	33
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.709.000
Preferenciais	0
Total	6.709.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	29.564	51.921	285.246
1.01	Ativo Circulante	29.563	40.061	203.224
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.874	13.410	29.540
1.01.01.01	Caixa	1.092	218	326
1.01.01.02	Caixa Restrito	3.782	13.192	29.214
1.01.03	Contas a Receber	24.340	26.322	173.112
1.01.03.01	Clientes	24.340	26.322	173.112
1.01.03.01.01	Créditos a receber	186.250	248.663	310.039
1.01.03.01.02	Redução ao valor Recuperavel recebiveis	-161.910	-222.341	-136.927
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	349	329	572
1.01.08.03	Outros	349	329	572
1.02	Ativo Não Circulante	1	11.860	82.022
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1	11.860	82.022
1.02.01.04	Contas a Receber	1	11.860	82.022
1.02.01.04.01	Créditos a receber	1	17.376	146.900
1.02.01.04.02	Redução ao valor Recuperavel recebiveis	0	-5.516	-64.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	29.564	51.921	285.246
2.01	Passivo Circulante	20.758	48.245	186.208
2.01.02	Fornecedores	9	120	447
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9	120	447
2.01.03	Obrigações Fiscais	29	5	29
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29	5	29
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Tributárias	29	5	29
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.720	48.112	185.612
2.01.04.02	Debêntures	20.720	48.112	185.612
2.01.04.02.01	Debêntures	20.720	48.112	185.612
2.01.05	Outras Obrigações	0	8	120
2.01.05.02	Outros	0	8	120
2.01.05.02.04	Adiantamentos	0	8	120
2.02	Passivo Não Circulante	8.396	3.262	98.748
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.396	3.262	98.734
2.02.01.02	Debêntures	8.396	3.262	98.734
2.02.04	Provisões	0	0	14
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	14
2.02.04.02.04	Provisão para Contingências	0	0	14
2.03	Patrimônio Líquido	410	414	290
2.03.01	Capital Social Realizado	5.607	4.501	2.629
2.03.01.01	Capital Social Realizado	6.709	6.709	3.709
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	-1.102	-2.208	-1.080
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.197	-4.087	-2.339

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	37.339	122.937	125.291
3.01.01	Receita Operacional	37.339	122.937	125.291
3.03	Resultado Bruto	37.339	122.937	125.291
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.109	-1.733	-2.073
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.109	-1.733	-2.073
3.04.02.01	Despesas gerais e administrativas	-1.109	-1.733	-2.073
3.04.02.02	Despesas no fluxo da operação	0	0	-756
3.04.02.03	Recuperação de despesas	0	0	770
3.04.02.04	Despesas com contingencias	0	0	-14
3.04.03.01	Provisão para perdas na carteira	65.947	-26.052	-16.545
3.04.03.02	Provisão de remuneração dos debenturistas	-65.947	26.052	16.545
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.230	121.204	123.218
3.06	Resultado Financeiro	-37.339	-122.951	-125.291
3.06.01	Receitas Financeiras	30	11	28
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.369	-122.962	-125.319
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.109	-1.747	-2.073
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.109	-1.747	-2.073
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.109	-1.747	-2.073
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,165	-0,971	-1,152
3.99.01.02	PN	-0,165	-0,971	1,152

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.109	-1.747	-2.073
4.02.01	Prejuízo Líquido do Período	-1.109	-1.747	-2.073
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.109	-1.747	-2.073

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.359	177.733	9.899
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.230	121.176	123.232
6.01.01.01	Prêmio das debêntures	37.339	122.937	125.291
6.01.01.02	Provisão para perda de empréstimos e recebíveis	65.947	26.052	16.545
6.01.01.03	Provisão para perda no prêmio de debêntures	-65.947	-26.052	-16.545
6.01.01.04	Lucro (Prejuízo) do exercício	-1.109	-1.747	-2.073
6.01.01.05	Provisão para Contingências	0	-14	14
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.159	79.096	-58.436
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Créditos a Receber e Debêntures	16.864	63.292	-17.069
6.01.02.02	(Aumento) redução em outros ativos	-20	243	-358
6.01.02.03	Aumento (redução) em fornecedor e outras contas a pagar	-111	-328	258
6.01.02.04	Aumento (redução) em impostos a recolher	5	-26	-83
6.01.02.05	Aumento em caixa restrito	9.410	16.022	-29.214
6.01.02.06	Aumento em outras obrigações	19	-120	120
6.01.02.08	Pagamento de debêntures a distribuir	0	0	-12.090
6.01.02.09	Adiantamentos	-8	13	0
6.01.03	Outros	-5.030	-22.539	-54.897
6.01.03.01	Prêmio das debêntures pagos	-5.030	-22.539	-54.897
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-56.485	-177.841	-176.901
6.03.01	Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	1.106	1.872	2.329
6.03.03	Pagamento de principal de debêntures	-57.591	-179.713	-179.230
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	874	-108	-167.002
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	218	326	167.328
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.092	218	326

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.500	0	0	-4.086	0	414
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.500	0	0	-4.086	0	414
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.106	0	0	0	0	1.106
5.04.08	Capital Social a Integralizar	1.106	0	0	0	0	1.106
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.110	0	-1.110
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.110	0	-1.110
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-1.110	0	-1.110
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.606	0	0	-5.196	0	410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.629	0	0	-2.339	0	290
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.629	0	0	-2.339	0	290
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.871	0	0	0	0	1.871
5.04.01	Aumentos de Capital	3.000	0	0	0	0	3.000
5.04.08	Capital Social a Integralizar	-1.129	0	0	0	0	-1.129
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.747	0	-1.747
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.747	0	-1.747
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-1.747	0	-1.747
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.500	0	0	-4.086	0	414

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	300	0	0	-266	0	34
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	300	0	0	-266	0	34
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.329	0	0	0	0	2.329
5.04.01	Aumentos de Capital	3.409	0	0	0	0	3.409
5.04.08	Capital social a Integralizar	-1.080	0	0	0	0	-1.080
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.073	0	-2.073
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-2.073	0	-2.073
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-2.073	0	-2.073
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.629	0	0	-2.339	0	290

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	37.339	122.937	125.291
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	37.339	122.937	125.291
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.109	-1.733	-2.101
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.109	-1.733	-2.073
7.02.04	Outros	0	0	-28
7.02.04.03	Outras (despesas) receitas operacionais	0	0	-28
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.230	121.204	123.190
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	36.230	121.204	123.190
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	30	11	28
7.06.02	Receitas Financeiras	30	11	28
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.260	121.215	123.218
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.260	121.215	123.218
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.260	121.215	123.218
7.08.03.01	Juros	37.369	122.962	125.291
7.08.03.03	Outras	-1.109	-1.747	-2.073
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	-1.109	-1.747	-2.073

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RUGE SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.****Relatório da Administração**

São Paulo, 29 de março de 2022

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao período de três e seis meses findos em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Contexto organizacional

A Companhia atua como securitizadora de créditos financeiros, constituída nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN 2.686/00”) com o objetivo exclusivo de aquisição de créditos oriundos de operações financeiras para posterior securitização destes créditos por meio da emissão de debêntures não conversíveis para distribuição pública ou privada nos mercados financeiro e de capitais do Brasil.

A Companhia tem por objeto social: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades; e (c) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

A Companhia não possui sociedades controladas. Desde a sua constituição até a data do presente período, toda a receita auferida pela Companhia foi proveniente de operações realizadas no Brasil, não havendo dependência de mercados estrangeiros.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 6.709 mil, dividido em 6.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (6.709.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020).

A controladora integral da Companhia é a Open Co (anteriormente denominada Geru Holding Limited), sediada em Londres, Reino Unido.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Operações**

A Companhia atua na aquisição de direitos creditórios originados por meio da plataforma eletrônica da Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia” ou “Plataforma”), parte relacionada, e realiza tal aquisição com recursos captados por meio de emissão de debêntures. O valor integralizado por investidores é aplicado pela Companhia na compra dos direitos creditórios (cédulas de crédito bancário) por meio de endosso formalizado entre a Companhia e as instituições financeiras parceiras, que concedem as operações de crédito originadas pela Plataforma. As cédulas de crédito bancário emitidas pelos tomadores, além de servirem de lastro para as emissões de debêntures da Companhia, também são dadas em garantia a todos investidores da emissão vinculada aos seus créditos, através de contratos de cessão fiduciária.

Os contratos de prestação de serviços relativos à originação, avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (CCB) são executados pela Geru Tecnologia.

Resultados

Desde sua constituição, em 7 de julho 2015, até o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou 7 emissões de debêntures no montante total de R\$ 728.991 mil e com os recursos recebidos das CCBs, pagou aos debenturistas R\$ 751.213 mil durante o mesmo período. As debêntures asseguraram aos debenturistas, prêmios de reembolso e juros remuneratórios condicionados à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

		Em R\$ mil	
	Vencimento	Integralizações	Repagamentos
Debêntures - 1ª Emissão (i)	07/07/2020	16.017	17.958
Debêntures - 2ª Emissão (ii)	07/07/2020	17.443	20.649
Debêntures - 3ª Emissão	04/07/2020	30.121	34.325
Debêntures - 4ª Emissão	01/11/2020	50.174	53.929
Debêntures - 5ª Emissão	23/05/2021	140.315	140.962
Debêntures - 6ª Emissão - Série Sênior	16/11/2021	163.524	185.439
Debêntures - 6ª Emissão - Série Subordinada	16/11/2021	73.125	57.313
Debêntures - 7ª Emissão - Série Sênior	10/10/2022	142.598	159.652
Debêntures - 7ª Emissão - Série Mezanino	10/10/2022	47.837	52.789
Debêntures - 7ª Emissão - Série Subordinada	10/10/2022	47.837	46.381
		728.991	769.398

As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, foi adquirida por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.

As Debêntures da 8ª Emissão - Série Única assegurarão aos debenturistas, prêmio de reembolso das debêntures, observados os termos desta escritura de emissão, especialmente quanto a ordem de alocação de recursos, os debenturistas receberão nas datas de pagamento um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela emissora a título de pagamento das CCBs vinculadas a emissão existentes na carteira da emissora no mês anterior ao mês do respectivo pagamento, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos (“Prêmio de Reembolso”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os recursos obtidos com as debêntures foram utilizados para a aquisição de CCBs no montante total de R\$ 835.948 mil.

	Em R\$ mil
	CCBs
	adquiridas
CCBs – 1ª Emissão (i)	16.753
CCBs – 2ª Emissão (i)	18.438
CCBs – 3ª Emissão (i)	31.527
CCBs – 4ª Emissão (i)	52.235
CCBs – 5ª Emissão (i)	151.369
CCBs – 6ª Emissão	245.966
CCBs – 7ª Emissão	319.660
	835.948

(i) As CCBs referentes a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, foram adquiridas por “Chamada de Integralização” pela 8ª Emissão, qual utilizou parte dos valores nela aportada para compra dessas CCBs, repassando assim os direitos creditórios sobre esses certificados de recebíveis.

Impactos do COVID-19

Ao analisar os possíveis impactos do COVID-19 na RUGE Securitizadora, foram realizadas reuniões para entender como a GERU Tecnologia se preparou para o ocorrido. Nas reuniões foram apresentadas as seguintes ações para minimizar os impactos para os investidores: a Companhia intensificou as cobranças junto aos devedores, fazendo assim um acompanhamento mais efetivo de seus clientes. Ainda sob os possíveis efeitos nas informações contábeis intermediárias devemos analisar sob a seguinte ótica, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização

Auditoria e serviços de não auditoria

Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), a Administração da Companhia informa que durante o ano de 2021, não foram prestados serviços de não auditoria para a Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), foi constituída em 7 de julho de 2015. A Companhia é constituída na forma de Companhia anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sua sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 2365, 7º Andar, Pinheiros, São Paulo, Capital.

A Companhia atua na aquisição e securitização de créditos financeiros, emissão e colocação, privada ou nos mercados financeiro e de capitais, de títulos de crédito e/ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, no segmento operacional de crédito pessoal; realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos financeiros e emissões de títulos lastreados em tais créditos.

Em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou “Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. (“VERT Consultoria”), que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

Em 19 de fevereiro de 2019 em linha com o disposto no “Acordo Operacional e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a VERT Consultoria, a Companhia em Assembleia Geral Extraordinária também aprovou a alteração da denominação social da Companhia de Geru Securitizadora de Créditos Financeiros S.A para Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Os contratos de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pela Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) são executados pela Geru Tecnologia e Serviços S.A. (“Geru Tecnologia”), parte relacionada da Companhia. A Geru Tecnologia é subsidiária integral da Geru Holding Limited, controladora da Companhia, sediada em Londres, Reino Unido.

Os fluxos de caixa da Companhia serão mantidos pela Geru Holding Limited, controladora da Companhia por meio de aportes de capital, compensando os prejuízos gerados pelas despesas fora do fluxo operacional. Nesse contexto, sempre que necessário, a Geru Holding Limited realiza aportes de capital para honrar com essas despesas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com os pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração e Apresentação Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 6.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício e período de relatório.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração nestas informações contábeis é determinado nessa base.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

(ii) Receita de juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto para os ativos que possuem problemas de recuperação de crédito classificamos como “não performado”.

A Companhia classifica uma operação de crédito como “não performado” se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de 90 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida, visto que a Companhia avalia como baixa a probabilidade de recebimento.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

As aquisições dos créditos ocorrem durante o período de alocação de recursos, a qual tem o ciclo de 12 meses a partir da emissão das debentures. O prazo de vencimento dos créditos varia de 12 a 36 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

(iii) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iv) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantido a custo amortizado.

a. Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

- Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos.
- Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

b. Provisão para perdas esperadas

Provisão para perdas esperadas: Os requerimentos de avaliação da Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. No exercício de 2021, como parte do processo de revisão das estimativas de provisões de Provisão para perdas esperadas verificamos que não houve variação entre a recuperabilidade efetiva e as perdas projetadas para os ativos, desta forma, as premissas para cálculo das provisões de Provisão para perdas esperadas dos ativos não tiveram alterações.

- O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:
- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses, aplicados para ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito;

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do ativo financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente;
 - Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.
 - Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1. A Companhia não reavalia os tomadores com base no seu histórico de crédito após a aquisição das CCBs assim, não há mudança no “rating” dos tomadores.
 - A Companhia avalia a alteração no risco de inadimplência através da observação do comportamento destes tomadores ao longo do período sob análise, comparando as mudanças nas faixas de atraso com as respectivas probabilidades de perda. Considerando estas informações como razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, como indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- c. Classificação e mensuração dos passivos financeiros**
Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.
- (v) Provisões**
As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.
- 6.1 Normas e interpretações alteradas ou ainda não efetivas**
As normas e interpretações alteradas emitidas, mas ainda não efetivas até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.
- **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)** - As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:
 - Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
 - Contabilidade de hedge.

A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

- **Benefícios relacionados à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16 – Arrendamentos)** – Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamentos após 30 de junho de 2021. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- **Contratos Onerosos** – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em seus contratos.
- **Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado : Recursos Antes do Uso Pretendido** - As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. As alterações são aplicáveis para período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.
- **Alterações à IFRS 3 (CPC 15(R1)) - Referência à Estrutura Conceitual** - As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15(R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 (CPC 15(R1)) a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador aplica a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em suas demonstrações financeiras.
- **Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020** Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1)), CPC 43 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. - A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da norma em suas demonstrações financeiras.
- **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)** - As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

- **Alterações ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: a) O que significa um direito de postergar a liquidação; b) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; c) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; d) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma em seus passivos.
- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração na referida norma mas não espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis** - Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, norma correlata ao CPC 26 (R1) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias de como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia vai avaliar os possíveis impactos de aplicação da alteração da referida norma na divulgação de suas políticas contábeis.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

- Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture - As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações de investidores não relacionados nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguro - A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. As alterações da nova norma são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Essas alterações não apresentam impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta corrente	3	1
Aplicações financeiras – CDB	1.089	217
Total	1.092	218

Os CDBs são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“DI”).

8 Caixa Restrito

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta corrente	269	702
Aplicações financeiras – CDB	3.513	12.490
Total	3.782	13.192

Os valores registrados como caixa restrito são mantidos para pagamento de juros e amortização das debêntures, sendo seu uso exclusivo para esses devidos fins. Visto que o período de alocação dos ativos acabou, todos os valores recebidos na operação são destinados exclusivamente para os fins acima mencionados.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Estas aplicações financeiras são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração média das aplicações financeiras foi equivalente à 95% (95% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("DI").

9 Créditos a Receber

	31/12/2021	31/12/2020
Cédulas de crédito bancário – CCBs	186.250	266.039
Provisão para perdas esperadas (i)	(161.910)	(227.857)
Total	24.340	38.182
Circulante	186.250	248.663
Provisão para perdas esperadas (i)	(161.910)	(222.341)
Total Circulante	24.340	26.322
Não circulante	-	17.376
Provisão para perdas esperadas (i)	-	(5.516)
Total não circulante	-	11.860

Movimentação dos créditos a receber:

	Amortização					
	Saldo líquido em 31/12/2020	Juros e Encargos	Reversão / (Provisão) / Provisão para perdas esperadas (i)	Principal	Juros e encargos	Saldo líquido em 31/12/2021
CCBs - 6ª Emissão	3.153	2.175	20.887	(4.205)	(15.013)	6.997
CCBs - 7ª Emissão (ii)	35.009	21.368	27.156	(29.512)	(44.612)	9.409
CCBs - 8ª Emissão (i)	20	1	17.904	(664)	(9.326)	7.935
Total	38.182	23.544	65.947	(34.381)	(68.951)	24.340

	Amortização					
	Saldo líquido em 31/12/2019	Juros e Encargos	Reversão / (Provisão) / Provisão para perdas esperadas	Principal	Juros e encargos	Saldo líquido em 31/12/2020
CCBs - 6ª Emissão	40.728	22.556	12.078	(27.669)	(44.537)	3.153
CCBs - 7ª Emissão (ii)	206.572	72.496	(64.150)	(88.484)	(91.425)	35.009
CCBs - 8ª Emissão (i)	7.834	5.033	26.020	(8.392)	(30.475)	20
Total	255.134	100.085	(26.052)	(124.545)	(166.440)	38.182

A carteira de créditos a receber é composta por CCBs sem garantias, remuneradas a juros prefixados com taxas que variam entre 2,00% e 5,00% ao mês. As CCBs estão vinculadas às emissões de debêntures (vide Nota Explicativa nº 10) e eventuais inadimplementos ou perdas efetivas são repassadas em sua totalidade aos debenturistas.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

(i) Transferência dos direitos creditórios

Conforme Nota Explicativa nº 10, no dia 2 de julho de 2020 foi deliberada pela Diretoria da RUGE, a 8ª emissão de debêntures. De acordo com a “Chamada de Integralização”, a 8ª Emissão utilizou parte dos valores para compra das CCBs que compunham a 1ª, a 2ª, a 3ª, 4ª e a 5ª emissões, a transação de compra e venda desses direitos que totalizou um valor de R\$ 1.394, assim os investidores dessas debêntures repassando os direitos creditórios desses certificados de recebíveis, não tendo mais direitos ou obrigações referentes a essas emissões, conforme Nota Explicativa nº 10. Toda a transação entre as partes envolvidas foi realizada com o acompanhamento dos investidores e seus representantes e comunicadas em 17 e 19 de junho de 2020, 30 de outubro de 2020 e a última comunicação no dia 20 de maio de 2021.

Provisão para perdas esperadas de créditos a receber por estágios:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 1	-	(35)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 2	-	(379)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 6ª Emissão – Estágio 3	(51.948)	(72.421)
Total Provisão para perdas esperadas – 6ª emissão	(51.948)	(72.835)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 1	(47)	(312)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 2	(431)	(3.460)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 7ª Emissão – Estágio 3	(50.803)	(74.664)
Total Provisão para perdas esperadas – 7ª emissão	(51.281)	(78.436)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 8ª Emissão – Estágio 1	-	-
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 8ª Emissão – Estágio 2	-	(8)
Provisão para perdas esperadas - CCBs - 8ª Emissão – Estágio 3	(58.682)	(76.579)
Total Provisão para perdas esperadas – 8ª emissão	(58.682)	(76.586)
 Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 1	 (47)	 (347)
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 2	(431)	(3.846)
Total Provisão para perdas esperadas – Estágio 3	(161.433)	(223.664)
 Total Provisão para perdas esperadas (i)	 (161.910)	 (227.858)

Abertura do contas a receber por estágio

Atualmente os recebíveis da companhia são classificados em 3 estágios de recuperabilidade, sendo os saldos conforme demonstrado abaixo:

31/12/2021					
	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros Não Incorridos	Provisão para perdas esperadas / (i)	Total
Estágio 1	3.294	-	(1.084)	(47)	2.163
Estágio 2	1.001	-	(103)	(431)	467
Estágio 3	510.589	(257.619)	(747)	(230.512)	21.711
Total	514.884	(257.619)	(1.934)	(230.990)	24.340

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

	Cédulas de crédito bancário – CCBs	Default	Juros à incorrer	Provisão para perdas esperadas (i)	Total
Estágio 1	43.143	-	(10.250)	(347)	32.547
Estágio 2	9.693	-	(1.804)	(3.846)	4.043
Estágio 3	510.741	(187.393)	(13.423)	(393.002)	1.592
Total	563.577	(187.393)	(25.477)	(397.195)	38.182

- (i) Para o ano de 2021 os valores da Provisão para perdas esperadas reduziu consideravelmente com a revisão dos percentuais de provisão, porém as recuperações de provisão já vinham acontecendo, a revisão dos percentuais só acentuaram essas reversões, abaixo realizamos a abertura das reversões, demonstrando o impacto da revisão e o impacto das recuperações.

Emissão	31/12/2021	31/12/2020	Reversões
6ª emissão	(51.948)	(72.835)	20.887
7ª emissão	(51.281)	(78.436)	27.155
8ª emissão	(58.682)	(76.587)	17.905
Total	(161.910)	(227.858)	65.947

O montante revertido da Provisão para perdas esperadas é de R\$ 65.947, sendo R\$ 21.582 é reflexo do ajuste nos percentuais provisão e R\$ 44.365 de recuperação da carteira:

Emissão	(A) Valores Pré Revisão	(B) Valores Pós Revisão	(B) - (A) = (C) Ajuste	(D) Recuperação	(C) + (D) Reversão
6ª Emissão	81.931	74.909	(7.022)	(13.865)	(20.887)
7ª Emissão	78.092	71.466	(6.626)	(20.529)	(27.155)
8ª Emissão	92.548	84.614	(7.934)	(9.971)	(17.905)
Total	252.571	230.989	(21.582)	(44.365)	(65.947)

10 Debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - 5ª Emissão (iii)	-	3.103
Debêntures - 6ª Emissão (i)	7.460	4.956
Debêntures - 7ª Emissão (ii)	11.496	43.044
Debêntures - 8ª Emissão (iii)	10.160	271
Circulante	20.722	48.112
Não Circulante	8.396	3.262
Total	29.116	51.374

Os recursos obtidos por meio das emissões de debêntures foram destinados à aquisição de CCBs. As carteiras de recebíveis são segregadas fiduciariamente.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Na hipótese de não realização dos créditos decorrentes das CCBs até a data de vencimento ou até a data de pagamento das Debêntures, poderá ocorrer, de acordo com os termos do inciso I do parágrafo único do artigo 5º da Resolução CMN nº 2.686, de acordo com os termos das escrituras das debêntures e em benefício desta, a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, das CCBs não realizadas nos respectivos vencimentos.

Em 2 de julho de 2020, a Diretoria da RUGE Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. se reuniu para deliberar sobre a 8ª Emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 100.000 divididas em 100.000 (cem mil) debêntures, sem prazo para subscrição total do montante, quais serão integralizadas conforme “Chamada de Integralização”, a Administração aprovou em Assembleia a possibilidade em comprar títulos que não pertençam as emissões já realizadas. Parte dos valores foram utilizados para compra das CCBs que compunham a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª emissão, que totalizou uma integralização no valor de R\$ 1.394.

a. Características das Debêntures

- (i) As Debêntures da 6ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à 175% da DI (“depósitos interfinanceiros”), calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 6ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”) descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, e juros remuneratórios e amortização de principal da Série Sênior, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior.

- (ii) As Debêntures da 7ª Emissão - Série Sênior assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios equivalentes à CDI + spread de 4,25% a.a., calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será paga ao final de cada período de apuração. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Mezanino assegurarão aos debenturistas, após o período de alocação prioritária de recursos, juros remuneratórios de 18% a.a., a serem pagos mensalmente, calculados desde a data da primeira integralização da Série Mezanino até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. O pagamento dos juros remuneratórios condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

As Debêntures da 7ª Emissão - Série Subordinada assegurarão aos debenturistas juros remuneratórios de 18% a.a. calculados apenas durante o período de alocação prioritária de recursos, ou seja, após o período entre data da primeira integralização da Série Subordinada até a data do seu efetivo pagamento, sendo esse período composto de até 12 meses ou até a alocação dos recursos. Adicionalmente, após a amortização extraordinária de 98% do saldo principal, serão realizados pagamentos de prêmios de reembolso correspondentes ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento ("Prêmio"). O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia e a amortização e remuneração da Série Sênior e Mezanino.

- (iii) As Debêntures da 8ª Emissão - Série Única assegurarão aos debenturistas, prêmio de reembolso das debêntures, observados os termos desta escritura de emissão, especialmente quanto a ordem de alocação de recursos, os debenturistas receberão nas datas de pagamento um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela emissora a título de pagamento das CCBs vinculadas a emissão existentes na carteira da emissora no mês anterior ao mês do respectivo pagamento, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a ordem de alocação de recursos ("Prêmio de Reembolso") a 8ª emissão se deu da aquisição e transferência dos direitos das 1ª a 5ª emissões.

b. Vencimento das debêntures

A perspectiva de pagamentos das debêntures são conforme segue:

	Série	Vencimento	2021	2022	Total
Debêntures - 6ª Emissão (i)	Sênior	16/11/2021	7.460	-	7.460
Debêntures - 7ª Emissão (ii)	Sênior	10/10/2022	11.026	470	11.486
Debêntures - 8ª Emissão (iii)	Única		2.234	7.926	9.150
Total			20.720	8.396	29.116

- (i) A sexta emissão é composta por duas Séries, sendo Subordinadas e Seniores.
- (ii) A sétima emissão é composta por três Séries, sendo Subordinadas, Mezaninos e Seniores.
- (iii) A oitava emissão é composta por uma série única. Sem vencimento definido.

c. Cláusulas de vencimento antecipado

Os debenturistas da 6ª a 7ª emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis; insolvência, cessação de atividades empresariais, e transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma Companhia anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Companhias por Ações, conforme estipulado na escritura.

Da 8ª emissão que originou da aquisição da 1ª a 5ª Emissão não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da Companhia. Para o exercício de 2021, não houve ocorrência de inadimplemento.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Os debenturistas da 6ª e 7ª Emissões, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da emissora, na ocorrência de eventos automáticos como:

- Criação de ônus ou gravames sobre os Direitos Creditórios Cedidos
- Descumprimento de obrigações pecuniárias, não sanado em três dias úteis
- Insolvência
- Cessação de atividades empresariais
- Índices financeiros de cobertura.
- Em relação a 6a. emissão em 31 de março de 2021, a 1ª série que detinha as obrigações de cumprimentos financeiros, liquidou os valores devidos a 1ª série, extinguindo a obrigação do “coverage ratio”.

7ª emissão

Em relação   7ª Emissão, a escritura prevê indices de cobertura distintos entre as séries Sênior e Mezanino para que ocorra evento de amortização sequencial ou pro rata, desta forma mensalmente são apurados os indices considerando proforma os pagamentos de remuneração e as amortizações extraordinárias obrigatórias nas respectivas datas de pagamentos. Os cálculos são realizados com base nas informações gerenciais, as quais foram discutidas com os investidores na emissão das debentures.

A meta dos indices da 7ª Emissão de Debêntures é estar maior ou igual a 1,00 para fins de convocação de Assembleia de Debenturistas para deliberação e maior ou igual 0,95 para fins de mudança no regime de amortização.

No dia 08 de julho de 2021, a Companhia enviou aos seus investidores e publicou o fato relevante informando ter realizado durante os meses de maio e junho de 2021 uma revisão interna da metodologia de cálculo da Provisão para perdas esperadas, utilizada exclusivamente para fins de cálculo do  ndice de Cobertura e Meta de Amortização da 7ª Emissão de Debêntures.

Como consequência dessa revisão, foi efetuado um ajuste na metodologia de cálculo da Provisão para perdas esperadas e, conseqüentemente, do  ndice de Cobertura da Emissão que   base para definição da Meta de Amortização da respectiva Emissão. Conforme estabelecido na Escritura de Emissão, o resultado foi a alteração, a partir de julho de 2021, do regime de amortização das debêntures que passou de pro rata para sequencial.

Desse modo, até que o  ndice de Cobertura necessário   amortização pro rata seja reestabelecido, a partir deste mês de julho de 2021, o caixa disponível dessa operação será integralmente usado para pagar os cotistas seniores. Em seguida, os cotistas Mezanino e, s  então, os pagamentos aos detentores de cota subordinada.

Série Sênior - Em 31 de dezembro de 2021 o  ndice de Cobertura I apurado foi menor que 0,95, ocasionando a alteração no formato de amortização das debêntures. Até que o  ndice seja superior a 1,00, a amortização acontecerá de forma sequencial.

- Série Mezanino - Em 31 de dezembro de 2021, o  ndice de Cobertura II , apurado foi menor que o valor 0,95, ocasionando a alteração no formato de amortização das debêntures. Até que o  ndice seja superior a 1,00, a amortização acontecerá de forma sequencial.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia mantém o entendimento de que não há prejuízo aos investidores decorrentes do ajuste, uma vez que este não gerou qualquer alteração na carteira de crédito da 7ª Emissão, composto por Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

8ª emissão

Em relação a 8ª Emissão de Debêntures não há exigência de manutenção de índices financeiros mínimos, somente a capacidade de solvência da companhia.

Através Assembleia Geral Extraordinária dos Debenturistas da 8ª emissão, realizada em 24 de setembro de 2021, foram aprovadas alterações à Escritura de Debêntures da 8ª Emissão de forma a possibilitar a aquisição de novas CCBs com os recursos disponíveis desta emissão. Até a data base de 31 de dezembro de 2021, nenhuma nova CCB foi adquirida com os recursos disponíveis e conforme permitido pela alteração mencionada acima.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve ocorrência de inadimplemento em nenhuma das emissões da Companhia.

d. Cessão fiduciária em garantia

A Companhia, de acordo com os contratos de cessão fiduciária da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, irrevogavelmente transfere para a totalidade dos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão de Debêntures, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta de todos os direitos da Companhia, presentes ou futuros, sobre (i) as CCB atuais e futuras, vinculadas e a serem vinculadas à 6ª e 7ª Emissão, (ii) os direitos creditórios decorrentes das contas bancárias de titularidade da Companhia, exclusivamente associadas à 6ª e 7ª Emissão, (iii) os ativos financeiros investidos com recursos disponibilizados nas contas exclusivas, assim como os direitos creditórios referentes a quaisquer valores devidos à Companhia em razão do investimento em tais ativos financeiros, inclusive enquanto estiverem em trânsito das contas exclusivas ou destinados a elas, decorrentes de vendas, amortizações ou resgates de tais ativos financeiros, e (iv) os direitos creditórios oriundos dos contratos de opções de juros celebrados exclusivamente para hedge das obrigações objeto da Emissão, contratados e que venham a ser contratados no âmbito da 6ª e 7ª Emissão.

A Cessão Fiduciária resulta na transferência fiduciária em garantia aos Debenturistas da 6ª e 7ª Emissão, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos dados em garantia, permanecendo a sua posse direta com a Companhia.

11 Capital social**a. Capital social e reservas de capital**

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 15 de julho de 2020, foi aprovada a emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela acionista Geru Holding Limited, a serem integralizados em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 1 (um real), em até 12 meses contados de 1º de agosto de 2020.

Dos montantes subscritos acima foram integralizados R\$ 433 em 14 de fevereiro de 2020, R\$ 623 em 24 de abril de 2020; R\$ 414 em 21 de agosto de 2020 e R\$ 402 em 24 de novembro de 2020. Em 26 de março de 2021 foi integralizado o montante de R\$ 1.106.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 6.709 dividido em 6.709.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (6.709 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020), sendo o total do capital integralizado de R\$ 5.607 (R\$ 4.501 em 31 de dezembro de 2020), restando o montante de R\$ 1.102 a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Natureza e propósito da reserva***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Face ao prejuízo do período, não foi constituída reserva legal no período.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 1% do resultado do exercício ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Face ao prejuízo do período, não foi distribuído dividendos no período.

12 Gerenciamento do capital

A política da Companhia é manter um equilíbrio entre ativos e passivos para que tanto os riscos quanto os retornos e prazos sejam análogos na ponta ativa e passiva de suas transações, operando desalavancada de forma a não exigir uma base de capital substancial para manter a confiança do investidor.

13 Instrumentos financeiros**d. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Dada as características dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, a administração entende que seus valores justos não diferem de forma significativa dos saldos contábeis na data do balanço.

Após realizados os lançamentos referentes os recebimentos, as debentures podem vir a ter um valor maior ou menor que os ativos que as lastreiam, dessa forma se faz necessário ajustes para que minhas debentures reflitam os valores reais a serem pago para os debenturistas, então realizamos é realizado as seguintes conferências:

1. Valor do Ativo Financeiro já ajustado a valor justo;
2. Montante em caixa e equivalentes de caixa.

O resultado dessa somatória deduzidos das despesas (já provisionadas em nosso passivo) será o montante a ser considerado para realizar o ajuste nas debentures, então se o resultado dessa soma for maior que meu passivo, as debentures deverão ser ajustadas positivamente, gerando uma provisão para prêmio nas debentures, caso o cenário seja o contrário, teremos uma provisão para perda na remuneração dos debenturistas, sendo assim minhas debentures ajustadas negativamente.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

e. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a. Riscos de crédito

Apesar da Companhia não deter o risco de crédito, há o risco de os ativos vinculados às debêntures incorrer em perdas financeiras caso um tomador falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de créditos a receber. Conforme estipulado nas escrituras de emissão das debêntures, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, dessa forma, o risco de crédito pelo inadimplemento das CCBs é compensado na remuneração do debenturista.

A exposição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A avaliação de crédito é feita no momento da solicitação do crédito na plataforma da GERU Tecnologia que, analisa individualmente cada novo cliente, quanto à sua condição financeira antes de apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamentos.

A Companhia efetua renegociações de empréstimos em situação de atraso, objetivando a maximização do retorno da carteira para os debenturistas, em casos em que as renegociações se estendem por período superior ao esperado para a carteira de crédito da CCB renegociada, vencendo o período de vigência das Debêntures, há a dação em pagamento dos montantes em aberto aos debenturistas das respectivas emissões (vide nota explicativa 10).

A Companhia não exige garantias com relação aos “Créditos a receber”.

Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito totalizando R\$ 4.840 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 13.410 em 31 de dezembro de 2020). O caixa e equivalentes de caixa e o caixa restrito são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros de acordo com os cronogramas de desembolso de pagamento do principal e prêmios aos debenturistas. Tendo em vista que, a remuneração dos debenturistas é atrelada ao recebimento líquido das CCBs, a Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do ‘Contas a receber de clientes’ em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas às ‘Debêntures’.

c. Risco de mercado (taxa de juros)

A Companhia adota como política que sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia adquire CCBs com taxa de juros fixa e transfere aos debenturistas o equivalente ao rendimento líquido dos créditos a receber.

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(1.109)	(1.747)
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	-	-
Provisão para perda na carteira	(65.947)	26.052
Provisão para remuneração dos debenturistas	65.947	(26.052)
Provisão/Reversão para contingências	-	14
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal não constituídos	-	-
Total	(1.109)	(1.733)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não constituiu o montante de R\$ 377 em créditos sobre prejuízo fiscal de R\$ 1.109 (e R\$ 589 em créditos sobre prejuízo fiscal de R\$ 1.733 em 31 de dezembro de 2020), uma vez que não há expectativa de geração de resultados futuros para utilização dos créditos.

15 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é proveniente de apropriação de juros dos direitos creditórios.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	37.399	122.937
Total de receita líquida	37.399	122.937

16 Despesas por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas (i)	(1.109)	(1.733)
Despesas/(Reversão) com Contingências	-	14
Provisão para perda nos recebíveis (ii)	65.947	(26.052)
Provisão para remuneração dos debenturistas(ii)	(65.947)	26.052
Total das despesas administrativas	(1.109)	(1.733)

- (i) Refere-se substancialmente a despesas com prestadores de serviços como contabilidade, auditoria e fee de administração do patrimônio realizado pela VERT.

17 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de juros sobre:		
- Aplicações financeiras (i)	30	11
Despesas financeiras sobre:		
- Taxas e despesas bancárias (emissora)	(37.369)	(122.962)
Resultado financeiro líquido	(37.339)	(122.951)

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao resultado de aplicações financeiras da conta bancária excluindo os efeitos de rendimentos das contas cedidas fiduciariamente em garantia às emissões de debentures.

18 Partes relacionadas**a. Acordo Operacional - Administração**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 18 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

“Acordo Operacional e Outras Avenças” com a VERT Consultoria e Assessoria Financeira Ltda, que tem por objeto a administração dos negócios da Companhia, bem como a prestação de serviços de consultoria financeira relacionados a gestão, estruturação e administração de emissões, presentes e futuras, de debêntures da Companhia.

b. Transações e saldos com partes relacionadas

As partes relacionadas são as pessoas que possuem influência significativa na gestão da Companhia.

a. Contrato de prestação de serviços

Refere-se ao contrato de prestação de serviços relativos à avaliação, cobrança e renegociação dos créditos representados pelas CCBs, executados pela Geru Tecnologia, equivalente a 1% (1ª a 4ª emissão de debêntures, adquirida pela 8ª emissão) ou 3% (5ª adquirida pela 8ª emissão, 6 e 7ª emissão de debêntures) dos recebimentos totais feitos pela Companhia que são deduzidos do prêmio pago aos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2021 o montante total pago foi de R\$ 1.432 (R\$ 5.779 em 31 de dezembro de 2020). Não há saldos a pagar nas respectivas datas de balanço.

b. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, não foram integralizadas novas debêntures mantendo o saldo total de debêntures já integralizadas pela Companhia de R\$ 728.990 de 31 de dezembro de 2018, destas 15,72% foram detidas por partes relacionadas.

O total de despesas com debêntures com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 3.586, correspondente aos 9,59% da quantidade total de debêntures integralizadas (R\$ 8.629 em 31 de dezembro de 2020, correspondente a 12,44%).

19 Outros assuntos**Impactos do COVID-19**

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os impactos econômicos foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das demonstrações financeiras. Ainda sob os efeitos da Provisão para perdas esperadas nas demonstrações financeiras, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui passivos contingentes ou ações de litígios registradas.

Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

*Ruge Securitizadora de
Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não tem políticas que ofereçam benefícios pós-empregos aos seus colaboradores e administradores.

Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui contratos relacionados a cobertura de seguros.

20 Eventos Subsequentes

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existem ajustes ou considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ruge Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas dos créditos a receber

Descrição

Conforme descrito nas notas explicativas nº 6b e 9, para fins da determinação da perda por Provisão para perdas esperadas dos créditos a receber, a Companhia classifica as operações de Cédulas de Crédito Bancário ("CCBs") em três estágios. A classificação das operações de CCBs em estágios de risco envolve julgamento da Companhia baseados em sua metodologia interna de classificação de risco, a qual é desenvolvida por meio de estudos internos, que envolvem histórico de pagamentos, prazo de vencimento dos contratos e percentual de recuperação da carteira. Devido à relevância dos créditos a receber e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da perda por Provisão para perdas esperadas e ao impacto que eventuais alterações nas premissas utilizadas em sua determinação poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos este assunto como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento dos processos relacionados à elaboração dos estudos para determinação da perda por Provisão para perdas esperadas de créditos a receber e ao processo de apuração desta estimativa.

Avaliamos, com ajuda de especialistas internos, a razoabilidade das premissas usadas pela Companhia para determinar a perda por Provisão para perdas esperadas comparando com os dados históricos dos créditos, tais como histórico de pagamentos, prazo de vencimento por contrato e percentual de recuperação da carteira.

Efetuamos ainda o recálculo da perda por Provisão para perdas esperadas tendo por base as premissas determinadas pela Companhia para a classificação dos estágios de risco e comparamos a razoabilidade das estimativas realizadas em exercícios anteriores com as perdas efetivas reconhecidas nos períodos subsequentes.

Avaliamos também a razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação às normas aplicáveis..

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão

para Provisão para perdas esperadas dos créditos a receber, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das

constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal ou órgão equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nas Demonstrações Financeiras

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nas Demonstrações Financeiras

Carlos Martins
Diretor Presidente

Victoria de Sá
Diretora de Relações com Investidores